

## SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO V ENCONTRO REGIONAL DAS FREGUESIAS DOS AÇORES

Lagoa, 8 de abril de 2018

### *Intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro*

As minhas primeiras palavras são, naturalmente, para agradecer o amável convite que a Delegação Regional dos Açores da ANAFRE me endereçou para estar aqui convosco no momento em que se conclui este V Encontro das Freguesias dos Açores.

Permitir-me-ão que, nesse âmbito, dirija uma saudação especial aos antigos coordenadores desta delegação, José Gabriel Silva e José Maria Sousa.

Também ao coordenador que agora terminou funções, António Alves, louvando-o, bem como a todos aqueles que o acompanharam, pelo trabalho que, durante a sua liderança, a Delegação Regional dos Açores da ANAFRE desenvolveu, quer ao recém-eleito Coordenador, Jaime Rita, desejando-lhe, bem como a todos aqueles que integram os órgãos desta Delegação Regional, os votos dos maiores sucessos no desempenho das funções em que hoje foram investidos.

São bons exemplos, entre muitos outros que, felizmente, abundam nas nossas ilhas, de autarcas que personificam uma forma de compromisso com o Poder Local e com as suas comunidades que vai bem para além, e está bastante acima, do mero cumprimento de uma função, do mero exercício de um cargo ou da simples assunção de uma posição institucional.

Na verdade, essas são situações em que o compromisso com o Poder Local e com as populações não conhece horários, não se limita às paredes das juntas de freguesia.

É, no fundo, sinónimo de uma disponibilidade permanente e quase absoluta.

Gostaria, por isso, que a minha presença hoje aqui convosco fosse entendida para além da simples correspondência a um convite ou de simples representação institucional.

Ela pretende ser, também, uma forma de reconhecimento pelo papel que o Poder Local teve e tem no processo de desenvolvimento coletivo de todas as nossas ilhas e de todos os nossos concelhos e, igualmente, de compromisso quanto à vontade de, em conjunto, vencermos os desafios que estão à nossa frente.

E, se me é permitido um pequeníssimo apontamento pessoal, estar aqui entre vós, também me traz à memória a honra e o privilégio que tive, há já alguns anos atrás, de desempenhar o cargo de Deputado Municipal em Ponta Delgada, de vogal da Assembleia de Freguesia de Covoada e de Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia.

É inegável que, ao longo destas mais de quatro décadas de Autonomia Regional, o Poder Local, nomeadamente as Juntas de Freguesia, foi um dos protagonistas do desenvolvimento económico e social das nossas ilhas, assumindo-se, muitas vezes, como a primeira resposta pública às solicitações e anseios das populações.

Quero, por isso, aproveitar a oportunidade para, em nome do Governo dos Açores, prestar a devida homenagem aos milhares de Açorianos que, ao longo destes cerca de 40 anos da nossa vivência coletiva democrática e nos diversos órgãos autárquicos, assumiram corajosamente, muitas vezes com sacrifício pessoal, o desafio de servir as suas comunidades, prestando, também por essa via, um serviço de inestimável valor à consolidação e ao sucesso da nossa Autonomia.

E, mesmo para além da nossa Região, se dúvidas houvesse quanto à importância do Poder Local, os mais recentes anos de chumbo que cobriram o nosso país vieram provar de forma particularmente visível que as autarquias locais constituem, por mérito e por vocação, a guarda avançada da nossa Democracia, seja na mais básica defesa da sua própria sobrevivência, seja no dar voz à reivindicação da qualidade e, em alguns casos até, da simples existência de serviços públicos que estejam disponíveis para as populações.

Mas, o gosto que tenho em estar aqui neste encontro, assenta ainda num outro fator e que tem a ver com a forma como o Governo dos Açores vê o relacionamento com as autarquias locais da nossa Região.

Temos bem a consciência que a nossa ação não teria a mesma eficácia e não chegaria com a mesma rapidez aos seus destinatários últimos se não tivéssemos nas autarquias parceiros indispensáveis em áreas tão relevantes como, por exemplo, a habitação, o apoio social e a infraestruturização pública.

Esta é, pois, uma parceria que vai muito para além da mera obrigação de relacionamento institucional entre entidades públicas e que encontra os seus alicerces na boa vontade e na determinação de fazer mais e fazer melhor nas respostas às populações que servimos.

Mas é, sobretudo, uma parceria que, nas suas diversas componentes, não se presta a confusões, nem a preconceitos.

Ela existe entre dois entes públicos distintos, de natureza e âmbito distintos, com propósitos convergentes, mas com funções, competências e responsabilidades que, embora possam ser consideradas complementares, são também elas distintas.

Dito de outra forma: nesta parceria, nem as autarquias locais a integram em função do Governo, nem o Governo a ela adere em função das autarquias locais.

É um interesse comum que nos move e são objetivos comuns que queremos realizar.

É, assim, importante realçar a este propósito que, por intermédio de um quadro legal próprio definido pelo Parlamento dos Açores, existe um modelo de cooperação estratégica estreito entre o Governo dos Açores e os municípios e freguesias dos Açores, materializado nos contratos ARAAL com os municípios e nos Acordos de Colaboração com as freguesias.

Para termos uma ideia, no período compreendido entre 2011 e 2016, no âmbito da cooperação técnica e financeira entre o Governo e as autarquias foram celebrados contratos que envolveram um valor superior a 32 milhões de euros.

Essas ações conheceram incrementos substanciais nos últimos anos, particularmente em áreas que visaram a promoção de postos de trabalho e o desenvolvimento de políticas sociais mitigadoras dos efeitos da crise e das medidas regressivas impostas ao Poder Local ao nível do seu financiamento.

Quer pelos montantes envolvidos, quer pela natureza dos projetos financiados, este modelo de cooperação estratégica significa ganhos locais com expressão regional no seu conjunto, o que não tem paralelo no território do continente, sendo, também aqui, uma forma de valorizar a Autonomia Política e Administrativa dos Açores.

Entre os vários desafios que se colocam à nossa frente, há um que tem a ver com a definição do que serão as autarquias no futuro.

Falo-vos do processo de descentralização de competências para as autarquias que o Governo da República está a promover no país.

Gostaria de salientar que o Governo dos Açores saúda e acompanha com muito interesse este processo, quer por aquilo que ele significa em termos de abordagem ao papel que as autarquias locais podem vir a desempenhar no futuro, quer porque ele diz diretamente respeito a Região Autónoma dos Açores, e não apenas na perspetiva dos municípios e freguesias que aqui se situam.

Na verdade, a existência de Autonomias Regionais, as quais - é preciso nunca esquecer em nenhuma circunstância - incluem o poder legislativo regional constitucionalmente consagrado, obriga a que a República tenha uma especial atenção à forma como este processo de descentralização será definido em relação às autarquias locais açorianas e madeirenses.

Há, desde logo, e para além de outras considerações de ordem constitucional, uma circunstância que se impõe e que impõe um tratamento diferenciado: há competências que, no continente, são exercidas pelo Governo Central e que este pretende transferir para as autarquias, e que nas Regiões Autónomas são exercidas pelos governos regionais.

Não pode, pois, haver uma solução uniforme para todo o país, pela simples e lógica razão que ninguém descentraliza competências que já não tem ou, já agora, descentraliza mais competências do que aquelas que tem.

Interessa, igualmente, combater uma ideia peregrina que fez caminho em algumas propostas que, sobre esta matéria, estão em análise na Assembleia da República, e que é aquilo que podemos chamar a descentralização por salto.

Trata-se, no fundo, de descentralizar competências diretamente do Estado central para as autarquias locais situadas nas Regiões Autónomas, esquecendo que há um Poder Regional.

É certo que a proposta do Governo da República não alinha com esta ideia e, quanto a mim, vai no bom sentido.

Mas há, pelo menos, uma proposta de um partido na Assembleia da República que, surpreendentemente, vai por esse infeliz e mal fundamentado caminho.

A solução parece estar pois em, valorizando simultaneamente o processo de descentralização, as autarquias locais, mas também as Autonomias Regionais, criar as condições para que sejam os Parlamentos regionais a decidir, após prévia descentralização de competências e recursos para as Regiões Autónomas nos casos em que essa for a opção, quais as competências que são descentralizadas nos Açores e na Madeira.

Essa é, e deve ser, uma prerrogativa das Assembleias Legislativas Regionais.

A fase em que este processo se encontra – recorro a disponibilidade manifestada para um entendimento alargado a nível nacional – afigura-se como o momento ideal na definição de soluções que garantam que os Açores e a Madeira também possam ser abrangidos por uma descentralização que, respeitando as competências de todas as partes, possa evoluir no sentido de servir melhor as populações.

Da parte do Governo dos Açores, deixo-vos a garantia que estaremos sempre na primeira linha da defesa de um Poder Local forte, dinâmico e eficaz, pela simples razão de que, também por essa via, serão os Açores mais fortes, mais dinâmicos e mais coesos.

Muito obrigado pela vossa atenção.